



Congresso Internacional de Administração
ADM 2020

Administração Ágil
Inovação e Trabalho Remoto

25 a 27
de outubro

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

PROCESSOS PRODUTIVOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS

PRODUCTIVE PROCESSES IN RURAL SETTLEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF NOVA ANDRADINA/MS

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Fabiano Greter Moreira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPNA, Brasil,
fabiano.greter@ufms.br

Resumo

O artigo apresenta as relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. O objetivo do trabalho foi analisar as perspectivas dos processos de produção dos assentados e como as relações produtivas ocorrem dentro e fora dos lotes, segundo os participantes da pesquisa. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa qualitativa e a história oral, por meio, de entrevistas junto aos assentados do município. Os principais resultados analisados determinaram que as relações produtivas nos assentamentos do município, possuem características particulares, e que se diferem uns dos outros, de acordo com as aptidões de cada assentado em seu lote. Entretanto, a produção de leite está presente em todos os assentamentos, sendo uma das principais fontes de renda nos lotes.

Palavras-chave: assentados; comercialização; Nova Andradina; relações produtivas.

Abstract

The article presents the productive relations in rural settlements in the municipality of Nova Andradina/MS. The objective of the work was to analyze the perspectives of the settlers' production processes and how the productive relationships occur inside and outside the lots, according to the research participants. Qualitative research and oral history were used as a methodology, through interviews with settlers in the municipality. The main results analyzed determined that the productive relations in the settlements of the municipality, have particular characteristics, and that they differ from each other, according to the aptitudes of each settler in his lot. However, milk production is present in all settlements, being one of the main sources of income in the lots.

Keywords: settled; commercialization; Nova Andradina; productive relationships.

1. INTRODUÇÃO

As relações de produção nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina estão relacionadas às diversas condições e estratégias de sobrevivência pelos assentados e, uma delas, de acordo com Martins (1994), está interligada com a produção da força de trabalho no campo. A força de trabalho que os assentados possuem para se estabelecerem em seus lotes, bem como para produzir o seu autoconsumo e, produtos para venda ou troca, são transformados em rendimentos no lote, com o objetivo de contribuir em sua permanência na terra.

Oliveira (2007, p. 40) faz uma análise da produção camponesa contemporânea, através da lógica que o capitalismo trata a produtividade do trabalho camponês. O autor resume que “no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do assentado, do

camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada”. Na produção camponesa, convertem-se mercadorias em dinheiro, com a simples finalidade de adquirir meios necessários para satisfazer suas necessidades na propriedade, vendendo-se produtos excedentes para adquirir suprimentos.

Nesse sentido, esse artigo aborda as relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. O município possui quatro Projetos de Assentamentos (Teijin, Casa Verde, São João e Santa Olga). O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se na metodologia a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com 19 (dezenove) assentados, divididos em: 04 (quatro) no PA São João, 05 (cinco) no PA Casa Verde, 05 (cinco) no PA Teijin e 05 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal de nossa pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

A produção dos assentados possui formas distintas comparadas com as relações capitalistas de produção, segundo Carneiro (1998). Se as relações de produção são heterogêneas, os assentados, sob a perspectiva da produção camponesa, buscam realizar um tratamento diferenciado com a sua produção, por meio de uma dedicação, de relações mais afetivas com seus bens, o cuidado da família com os animais e culturas, que não somente visam à lucratividade ou a extrema produtividade, mas, sobretudo um “produto bom” que possa alimentar sua família e, posterior de seus amigos, dos assentados, de consumidores/clientes, de intermediários, etc..

A luta pela terra está pautada na reprodução familiar nos lotes de assentamentos. Produção que alimenta sua família a partir de sua “terra de trabalho”, segundo Martins (1986). Os objetivos dos assentados em seus lotes se diferem da lógica da “terra de negócio” dos latifundiários, porém, convive no mesmo ambiente moderno das trocas de mercadorias chamado “mercado”. Este mercado, em sua grande maioria, induz ou provoca à inserção no sistema capitalista de produção por meio de seus intermediários e/ou a aquisição de insumos para seus lotes.

A dinâmica dos assentados configura relações de produção e de renda distintas um do outro. Cada assentado busca produzir e gerar rendimentos de acordo com suas possibilidades técnicas e financeiras e experiências adquiridas ao longo do tempo. Essas condições são heterogêneas tanto aos assentados como para cada assentamento do município pesquisado. Para tanto, a luta pela permanência na terra entrelaçada pelas relações sociais dos assentados permite afirmar que, a partir do momento que o assentado recebe seu lote, inicia uma nova reinvenção social para sua vida produtiva no campo, que gera renda de acordo com seu trabalho e se estrutura ao modo que buscam se unir para resistir em seus lotes. Para isso, buscou-se estruturar a pesquisa, em levantar os processos de produção nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, e abordagens do cenário de relações produtivo-econômicas da agricultura camponesa em face ao agronegócio.

2. Processos de produção nos assentamentos rurais

A estrutura da produção camponesa pode ser apresentada em um conjunto de elementos articulados, que Oliveira (2007) cita da seguinte forma: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho.

Além da força de trabalho no campo, Martins (1980) nos apresenta outra condição que configura um dos instrumentos de maior importância na produção no meio rural, a terra, que, por meio dela, criam novas oportunidades, recriam novos significados no campo, tanto em relação às grandes propriedades, quanto em relação à propriedade familiar, sobretudo nos assentamentos rurais. A luta pela terra alimenta os movimentos sociais e, dá esperança àqueles que ainda não possuem um lugar para morar, e, busca na terra sobreviver e reproduzir o campesinato.

Carneiro (1998, p. 207) cita que a produção camponesa recria formas de produção distintas ao compará-las com a lógica capitalista da agricultura industrial, porém, articuladas, mas não se realiza em uma estrutura de processo único e rígido. A autora assegura que a utilização de técnicas ou combinação de recursos contribui para a redução dos custos de produção e aumentam a renda familiar, a qual atribui que a “tradição” vem socorrer a “modernidade” por meio de um “resgate de um saber ou de um estilo de vida camponês” de se expressar no campo. Esta tradição reforça a recriação de uma identidade social, ameaçada pelos riscos das relações capitalistas de produção.

A razão de existência camponesa é distinta que qualquer outra, pois são portadores de um saber nas práticas, pautados na reprodução familiar, produzem seu autoconsumo, possibilitando sua recriação por meio de suas experiências vividas. As suas terras são controladas pelos assentados, bem como, a sua organização da produção, que são provenientes da sua força de trabalho, remetendo ao que Martins (1986) expõe “terra de trabalho”, se referindo à propriedade familiar (reprodução familiar a partir de seu próprio trabalho), e o contraditório, a qual se refere a “terra de negócio”, referência da propriedade capitalista (exploração do trabalho alheio), voltados à extração da renda e da mais-valia social dos trabalhadores.

Para Fernandes (2008), os processos de mudanças ocorrem com a construção de relações sociais, novos modos de vida, oriundos da expropriação territorial, porém, em alguns casos, a conveniência da renda da terra pelo capital é necessária para sua existência e permanência nos lotes. A sua força de trabalho utilizada dentro dos lotes, é instrumento de organização e luta para construir sua reprodução social nos assentamentos rurais. Podem ocorrer rendas complementares, que podem superar a da produção familiar nos lotes, porém, com o objetivo

de contribuir a permanência no campo. Caso contrário, essa condição pode desencadear o arrendamento do lote ou a venda do mesmo, restando o seu deslocamento para centros urbanos mais próximos, ficando o lote a serviço de outros interesses.

Para Martins (2000, p. 45), estas construções e mudanças fazem parte das “relações mercantis modernas de reinvenção social”, que são relações vividas e conflitantes de acordo com a realidade de cada região. Portanto, as organizações sociais no campo e suas interfaces com o mundo moderno contribuem para o fortalecimento da produção nos lotes, bem como nos meios de comercialização de seus produtos.

As relações comerciais contemporâneas, ou seja, “o mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca, face a face, dominantes e dominados, produtores e consumidores”, transcendem o simples fato de o dinheiro ser o mediador da transação mercantil. Este mercado que possui metamorfoses diárias conduz os assentados às transformações em sua organização da produção e, principalmente na transformação da terra e de sua força de trabalho, como forma de mercadoria a ser renunciada para a formação do capitalismo no campo de acordo com Moura (1986, p. 11).

Shanin (2005) descreve que os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis muda consideravelmente nas populações massivamente camponesas, mostrando que o mercado na exploração intercamponesa e interaldeias segue formas e direções específicas. O autor relata que a produção camponesa reproduz formas e critérios distintos da transação mercantil estabelecida no campo.

Paulino (2006) entende que a existência do campesinato não deve ser analisada como uma manifestação descolada do sistema capitalista, mas como parte complementar desta organização da produção. Por outro lado, a classe camponesa possui o controle dos meios de produção utilizados em sua propriedade e de sua força de trabalho, distinguindo-se das demais classes, sobretudo do sistema capitalista, que usam a força de trabalho de seus empregados. Por essa especificidade, o camponês integra o sistema de trocas mercantis através da venda de seus produtos e não de sua força de trabalho, como ocorre com os operários nas indústrias. Esta diferença clássica entre camponeses em relação aos assalariados se dá que, enquanto o operário vende sua força de trabalho como única mercadoria, o camponês vende ao capitalismo a produção, fruto da força de trabalho de sua família.

Fabrini (2003) apresenta que a organização da produção dos camponeses nos assentamentos rurais, desde sua ocupação da terra, não estão apenas balizados ou direcionados a busca de sua sobrevivência/autoconsumo nos lotes, mas a permanência pelas lutas na terra que criam e recriam a reprodução dos camponeses, mediante as condições mercantis das relações produtivas capitalistas do mundo moderno. Esta organização parte do princípio de se estabelecer formas de trabalho, as quais o mercado adquiriu como necessário para as relações de mercadorias, induzindo os camponeses a serem empurrados à sociedade capitalista.

Moura (1986) relata que o espaço de existência para os camponeses não se isola apenas na troca de mercadorias, mas num diálogo sobre a vida pública e privada em sua comunidade local ou demais regiões que fazem parte de suas ligações sociais. Segundo a autora, essas trocas mercantis podem ocorrer de maneira simples entre os próprios camponeses, possibilitando a venda/troca e aquisição no mesmo espaço de mercadorias e, também, trocas mercantis mais complexas, que transcendem o universo do campesinato local, ocorrendo à inserção de intermediários nas transações comerciais, tirando o poder de precificação do camponês, atribuindo aos produtos margens lucrativas nos preços e a externalidade das mercadorias nas mãos de consumidores distantes.

Paulino (2006, p. 35) trata a configuração da existência do campesinato não desvinculado do capitalismo, mas parte integrante desse processo produtivo. A atividade camponesa não se apropria da acumulação ampliada, mas o contrário, “possibilita a maximização da acumulação nos setores capitalistas, visto que o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital sob duas formas”: diretamente, por meio dos intermediários entre os assentados e consumidores, inferindo nos preços dos produtos, com valores rebaixados e, com isso, valorizando as etapas subseqüentes do processo de produção (exemplo: o leite ao ser entregue aos laticínios para ser beneficiado), e indiretamente, quando parte dos alimentos produzidos não são inseridos a força de trabalho (renda da reprodução da força de trabalho na precificação dos produtos).

Considerando os propósitos de criação dos projetos de assentamentos, os processos de produção orientados pelas políticas públicas federais buscam induzir os assentados à comercialização de produtos ao sistema capitalista de produção. Tanto as políticas como os mecanismos federais, estaduais e municipais visam inserir os assentados no mercado local com prioridade na produção de produtos alimentícios. De uma maneira ou de outra, os camponeses comercializam seus produtos, mas não os tornam capitalistas, apenas são inseridos dentro deste processo de produção, seja por meio da aquisição de insumos, intermediários de sua produção ou mesmo as relações econômicas oriundas para seus rendimentos nos lotes.

A produção familiar é um dos elementos essenciais para a permanência dos assentados em seus lotes. Os assentamentos apresentam atividades produtivas bem semelhantes, sendo a produção de leite a que mais se destaca. Por outro lado, além da atividade principal, a maioria dos assentados desfruta de pomares, criação de galinhas e porcos, para o consumo próprio da família. Todos os insumos da propriedade são adquiridos na sede urbana de Nova Andradina, desde supermercados, agropecuárias, casas de materiais para construção, redes bancárias e comércios em geral, movimentando a economia do município.

Os processos produtivos dos assentamentos rurais de Nova Andradina estão dimensionados de acordo com a aptidão de cada assentado e as condições do solo de cada região, as quais estão instalados os assentamentos. No Quadro 1 apresentamos produtos mais presentes nos lotes, bem como, os meios de comercialização e formas de trabalho utilizadas nos processos produtivos pelos assentados.

ASSENTAMENTOS	TIPO DE PRODUTOS	MEIOS DE COMERCIALIZAÇÃO	FORMAS DE TRABALHO*
Casa Verde	a) Leite (50 litros p/dia). b) hortaliças (couve, alface, beterraba, etc).	a) Laticínio do município. b) Coopalga (PNAE).	Trabalha com a esposa, possui resfriador, trator, implementos agrícolas, horta. Tem animais para o consumo e para vender como gado, galinha, porco e demais produtos do lote.
Teijin	a) Leite (+/- 50 litros) b) bezerros c) hortaliças e frutas (maxixe, abóbora, quiabo, verduras, melancia, urucum, mandioca, bata doce, maracujá, colorau). d) galinha e ovo caipira. e) suínos.	a) Laticínio Dica (Deodópolis/MS) b) os demais produtos são comercializados em Nova Andradina ou no próprio assentamento de acordo com a produção, não revelou um local específico.	O resfriador de leite fica em seu lote, mas é da empresa Dica (recebe leite de 10 famílias – a empresa ajuda no custeio da energia); Grande parte da produção é para o consumo, a sobra é vendida. Trabalha no lote a esposa e o filho mais velho ajuda.

São João	f) feijão de corda e de fava. g) café. a) Leite. b) Bezerros. c) mandioca, maxixe, quiabo e verduras em geral.	a) Laticínio Maná (Ivinhema/MS). b) Os bezerros são comercializados dentro do próprio assentamento com intermediários.	Reside com a esposa e três filhos no lote. O assentado e a esposa possuem atividades não agrícolas (motorista e professora – Prefeitura de Nova Alvorada do Sul). O filho mais velho estava trabalhando em uma fazenda vizinha. Possui um lote arrendado no próprio assentamento para a criação de gado. Os produtos como mandioca e verduras são apenas para o consumo da família. Preside a Associação dos Produtores do Assentamento São João (possui trator e implementos). Trabalha com a esposa e a filha (com neto recém-nascido) no lote. Presidente da Coopaolga (pasteurização de leite, embalagem de verduras, legumes e comercialização de produtos aos programas sociais e mercado local). Possui curral estruturado; ordenha mecânica; máquina motorizada de pulverizar e tratorzinho de horta. O filho de um assentado, transporta o leite pasteurizado da mini usina da cooperativa, em caixa térmica e distribui em escolas e creches do município de Nova Andradina.
	a) Leite pasteurizado. b) cheiro-verde, cebola, salsinha, coentro, couve, alface, abobrinha, berinjela, cenoura, beterraba, banana, abacaxi, mandioca.	a) 90% da produção é comercializada pela Coopaolga, para atender o PNAE (merenda escolar). b) parte dos produtos são comercializados através do PAA – entrega no Hospital do município. c) o leite pasteurizado que sobra é comercializado para a Coopavil.	
Santa Olga			

Quadro 1 - Características produtivas dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS, a partir de participantes da pesquisa.

*Distribuição das tarefas, tecnologias utilizadas, implementos agrícolas, núcleo familiar, etc.

Diante das principais características dos processos produtivos nos lotes pesquisados, percebemos que a força de trabalho familiar é à base de sustentação para a marcha da produção camponesa, como já afirmado por Oliveira (2007). Lógico que as atividades produtivas não estão desconectadas do sistema capitalista de produção, mas, a forma de trabalho e os meios de produção, e ainda, as possibilidades e aptidões fazem dos assentados e suas famílias uma organização de produção contrária ao empresarial. Enquanto a produção mercantil exige maior eficiência de horários e produtividade, percebemos, em nossa pesquisa, “participantes que estabelecem seu ritmo de trabalho”, claro, com suas obrigações, porém, de forma a decidir como e quando produzir, fato que seria improvável ocorrer em um processo de produção industrial. O assentado SO2 (Assentamento Santa Olga) relatou a importância de ser dono de sua produção:

Quando trabalhava de empregado nas fazendas, só podia sair uma vez por mês, ou senão nem uma vez podia o patrão já trazia a compra. Hoje no lote sempre tenho minha obrigação, tenho meu trabalho, mas, **não tenho que dar satisfação pra ninguém**. Se quiser “**ir à cidade agora**”, pego minha moto ou o meu carro, e vou embora, não tenho que dar satisfação pra ninguém. Então acho que hoje, mudou 100%, de empregado a acampado, e hoje assentado, posso garantir que tenho um sonho realizado (se emocionou neste momento) (assentado SO2, entrevista realizada dia 03/10/2017, Assentamento Santa Olga).

Para Moura (1986), os camponeses não se importam o quanto produziram e quais foram os seus gastos, desde que sobre o sustento e talvez o excedente “está bom”. Por outro lado, no capitalismo isso é inadmissível, tido como prejuízo, falência, “falta de gestão” nos moldes atuais. Nossa pesquisa traz um relato que reforça este entendimento:

O comerciante ou o empresário que entra em um lote de Reforma Agrária, não dá certo, porque quem é comerciante, **sabe do comércio e não sabe da roça**. Quando eu planto mandioca, pra mim, que estou no lote (sou da roça), **se a produção for de vinte toneladas, está bom, se dá cinco também está bom**, pois, “**eu vivo do lote (da roça)**”. Já o comerciante quando se propõe a “plantar mandioca”, “**ele faz a conta quanto vai dar de dinheiro**”, se o comércio vai se mantendo, ele sabe que vai ter lucro, **mas, caso contrário, se ocorrer prejuízo na produção, ele para de produzir e busca alternativas de lucro**. Por isso, que a Reforma Agrária **só funciona com as pessoas que é da agricultura**, porque eles sabem que **quando dá bastante está bom pra eles, mas quando dá pouco também está bom, quando dá bastante ele vai segurar porque na próxima safra pode produzir menos**. Isso ocorre com quem planta arroz, feijão, milho, algodão, ou seja, qualquer tipo de produção, pois, ninguém consegue controlar o tempo (clima). Então Nova Andradina passou a entender que **o recurso que sai de uma Reforma Agrária**, por causa de seus assentados, **será circulado dentro do município**, fazendo crescer a cidade, **não é verdade?** (assentado CV2, entrevista realizada dia 17/10/2017 - Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

As relações vividas e as relações mercantis, descritas por Martins (2000), traduzem esta visão de mercado no campo. O comerciante está mobilizado na lógica capitalista de produção, compra, venda e lucro (processo de mais valia), essa é a dinâmica conflitante, comparada ao campesinato.

A produção camponesa recriada nos moldes capitalistas, descritas por Fabrini (2003), nos orienta a refletir sob a luta pela permanência na terra pelos assentados e pela ligação direta que as relações produtivas do campesinato estão com o mercado local a qual estão inseridas. O comércio do município de Nova Andradina/MS, que muitas vezes rejeitou os sem terras e/ou assentados, pela sua história de lutas pelo acesso a terra e, que hoje, estabelecem a “base” não apenas de alimentos, mas toda uma cadeia de circulação de mercadorias e insumos, que movimenta a região que está instalada os assentamentos rurais.

Em dado momento de nossa pesquisa, um dos relatos nos revela a terra de trabalho descrita por Martins (1986), como fonte de luta diária de permanência nos lotes:

O **desafio de permanecer aqui no lote é produzir**. A maior dificuldade é possuir produção para se manter no lote. Quanto maior a **quantidade a ser produzida, melhores são as condições para adquirir recursos para se permanecer no lote**, porque senão, **você trabalha, trabalha e daqui a pouco você está pagando pra trabalhar**.

Para isso, precisa-se trabalhar bastante, descobrindo os erros da produção, como por exemplo - se você possui uma planta que está com uma doença, você tem que investigar, correr atrás, não pode ficar plantando e sempre perdendo.

Às vezes a pessoa que não era do sítio, que não possui experiência no meio rural, recebe um lote ou trabalha de empregado, desconhece a dureza do dia a dia no campo, acham que as coisas são mais fáceis, mas, quando “você vai trabalhar por conta, tem que levantar às cinco da manhã e dormir às oito horas da noite”. Você tem que trabalhar mais do que quando trabalhava de empregado. Existem várias fontes de produção, como é o caso da produção de limão, que **na região possui poucos produtores, que é um produto que você vende em qualquer lugar.** Várias são os produtos que podem ser produzidos nos lotes, basta o assentado querer produzir (assentado SO3, entrevista realizada dia 24/01/2018, Assentamento Santa Olga – grifo nosso).

O trabalho “liberto”, descrito por Oliveira (1990), nos faz refletir que o assentado renuncia o trabalho assalariado, porém, não está descolado do sistema de produção capitalista. Para o assentado SO3 (Assentamento Santa Olga), “quando trabalhava de empregado, trabalhava oito horas por dia, hoje trabalha 12 e 13 horas”, mas, “ganha mais, trabalha mais, mas ganha mais”. No entanto, o assentado produz para intermediários, é precificado pelos supermercados e, ainda, é garantidor de sua produção e entrega de suas mercadorias. O trabalho é dado de graça à sociedade (OLIVEIRA, 2007).

Na Figura 1 são apresentados os principais produtos dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS a partir de nossos participantes da pesquisa. Estes processos geram renda aos assentados, como também fazem parte do sustento de suas famílias. Cada família assentada produz de acordo com suas aptidões camponesas. Ressaltamos que a produção de leite nos assentamentos do município é uma das principais atividades que geram renda as famílias assentadas, seguida da produção de legumes/vegetais (como mandioca, alface, cebolinha, rúcula, etc) e frutas (como abacaxi, limão, etc), segundo nossos participantes.

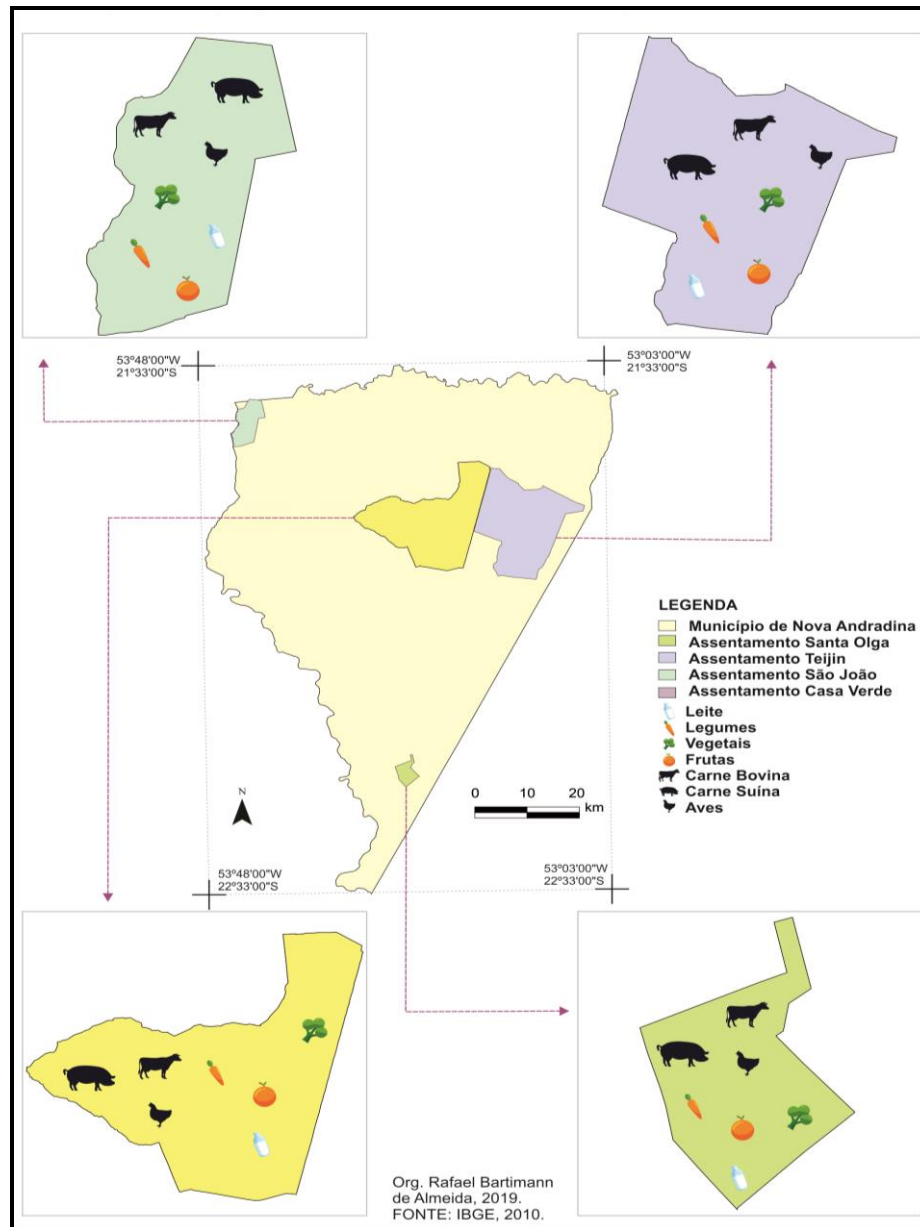


Figura 1 - Principais produtos dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular de movimentação à comunidade a qual está inserida. O município de Nova Andradina está inteiramente integrado com os Projetos de Assentamentos, não apenas no que se refere à produção de alimentos, mas à circulação de várias relações sociais de seu processo produtivo. A convergência que ocorrera no passado, sob o olhar de uma comunidade com preconceitos e discriminações, já relatadas anteriormente em nosso trabalho, apresenta-se, hoje, como um “rearranjo territorial, que trouxe uma nova pulsão no comércio local”, esperado nas portas dos comércios de um município tipicamente rural do interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os assentamentos Teijin e Santa Olga possuem melhores condições de solo, por isso, os processos produtivos possibilitam maior diversificação da produção, possuindo não somente a produção leiteira ou de corte, mas, também a produção hortifrutigranjeira nos lotes. Entretanto, a produção do assentamento São João está voltada com maior capacidade à produção leiteira, devido às condições de fertilidade de solo (cerrado), mas, sobretudo à

distância para o escoamento da produção e participação de programas de vendas de alimentos, que está localizado a 100 km da sede urbana do município. O assentamento Casa Verde foi o primeiro a ser criado no município na década de 1989, e possui produtividades similares ao do São João, e ainda, grandes ordenamentos territoriais ocorreu, devido a fatores como a reprodução familiar, a idade de seus assentados e migração para a cidade, que refletem diretamente nas relações produtivas do assentamento, sendo na sua maioria aposentados, como evidenciado em nossa pesquisa.

3. Abordagens de relações produtivo-econômicas da agricultura camponesa versus agronegócio

Quando falamos sobre a força dos assentamentos em determinada região, estamos nos referindo à nova produção territorial que se dá a partir de sua conquista. As mudanças que ocorrem no entorno do assentamento e no município em que está instalado formam novas relações sociais e econômicas, que antes se encontravam sobre o domínio de uma elite local, passando a ser disputado por novos sujeitos sociais. Cria-se uma nova dinâmica com os ambientes de assentamentos, estabelecendo novas necessidades e reivindicações, tornando-se objeto de políticas públicas locais. As práticas dessa nova sociabilidade no interior da estrutura fundiária do município, para Leite (2000), permitem gerar efeitos multiplicadores das experiências singulares dos assentados, com ganhos expressivos no meio social, político e econômico em que atua.

Para Fabrini e Roos (2014) as condições exigidas pelo Agronegócio são de cunho econômico e político em função do seu peso na balança comercial e no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Estas condições se prevalecem ao apresentar o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, disponível ao agronegócio brasileiro em um volume de recursos financeiros na ordem de R\$ 190,25 bilhões, com aumento de 24,3% em relação ao ano anterior, reforçando a prioridade dada pelo governo federal ao agronegócio. Para o ano agrícola 2017/2018, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) será destinado R\$ 30 bilhões em crédito, apenas 3,8% superior aos recursos destinados no plano anterior (BRASIL, 2017).

Fernandes (2008, p. 279-280) descreve que milhares de famílias cotidianamente realizam ocupações, se estabelecem em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e interferindo na dinâmica territorial rural de sua região. Em seu processo de formação e organização do trabalho, os assentados não produzem apenas mercadorias, mas criam e recriam igualmente sua existência no campo. No capitalismo, a destruição do campesinato não se efetivou conforme prognosticado, “porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária”.

As diferenças entre a estrutura econômica camponesa e o agronegócio estão ligadas aos estímulos à capitalização, como, por exemplo, a Lei da Agricultura Familiar, que fomenta e categoriza os assentados e sua inserção no mercado. Para Fernandes (2001), o conceito de agricultura familiar expressa à compreensão e a percepção de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Diante desta construção, o autor faz a seguinte reflexão sobre o agricultor familiar:

Porém, enfrentam cotidianamente a demanda de produção de alimentos a custos mais baixos, que ainda não de forma exclusiva, mas já identificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 70% da produção de alimentos do país são provenientes da produção camponesa. Moura (1986, p. 64) ressalta o papel do camponês e de sua família na produção alimentar, “tem íntima relação com a manutenção de relações não especificamente capitalistas na agricultura”, concretizadas com a força de trabalho camponesa, seja nos assentamentos rurais e demais áreas de terras ou empreendimentos.

A produção camponesa contradiz a lógica das relações capitalistas no campo, pois os camponeses buscam estabelecer meios para sua reprodução social e a sua permanência na propriedade. Oliveira (2007) comenta que a estrutura fundiária econômica do camponês, que é também denominada renda territorial ou renda fundiária, por meio da produção de mercadorias e a circulação dos excedentes, buscam adquirir os meios necessários para seu autoconsumo e existência no campo. Para o autor, a renda pré-capitalista de produção ou não capitalista está baseada na produção camponesa, que é ligada diretamente ao produto excedente, contraditória as relações capitalistas de produção, que produzem lucro e riquezas aos capitalistas que os retém. A renda da terra pré-capitalista está dividida em três formas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro.

As relações econômicas camponesas estão entrelaçadas com as relações mercantis no cenário econômico brasileiro, que, para Fabrini (2003, p. 39), “o campesinato é uma condição da existência do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe o contraditório, e consequentemente, a existência dos camponeses”. Com a perspectiva que o camponês não está inserido de maneira direta nas relações econômicas capitalistas, sabe-se que, por meio de insumos e demais suprimentos para seu autoconsumo e o manejo na propriedade, eles se prestam a utilizar produtos capitalistas, porém, com uma concepção secundária, não como reserva de valor ou equivalência financeira.

Para Moura (1986, p. 25) “no campesinato, é impossível separar a prática econômica da familiar”, são condições ligadas entre si, mas, porém, distintas ao comparar com uma família de classe média do meio urbano. O vínculo social com a terra e o trabalho familiar são as características fundamentais do legalismo camponês. A luta pela posse de uma parcela de terra, conclui que o campesinato busca transformações sociais em suas organizações camponesas, que com sua força de trabalho abastece sua “morada” e seus familiares, e também, “lugares e pessoas exteriores a esta realidade” (MOURA, 1986, p. 55).

No entendimento de Martins (1995, p. 177), “a expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital”. Em outras palavras, o capital se apropria da renda da terra, sujeitando os grandes e pequenos proprietários, especialmente os camponeses, expropriando a sua força de trabalho familiar, seus instrumentos de produção, a produção de alimentos com custos mais baixos, empréstimos bancários, entre outros fatores. O autor revela ainda que “não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital”, pois a exploração da terra e seus meios produtivos são a essência do capitalismo.

Exemplo deste entendimento de apropriação da renda da terra pelo capital por meio da subordinação da circulação de mercadorias são os estudos de Mizusaki (2009, p. 285) que mostram que: a “atuação do capital industrial no campo, em atividades como a suinocultura, avicultura, sericicultura, pecuária de corte, CEASAS, grupos atacadistas e cooperativas”, criam transferências de valor e renda às indústrias. O capital investido nas instalações, os contratos de entregas dos produtos/mercadorias buscam sujeitar a renda e o trabalho camponês ao capital industrial.

Quando falamos de excedentes dentro campesinato, ressaltamos o que Martins conceituou de economia do excedente:

[...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso a mão de obra e a terra com suas paisagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação

política, das relações capitalistas de produção típicas, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p. 12).

Para Oliveira (2007, p. 43), o trabalho excedente na produção camponesa diante da renda da terra pode ser entendido como renda territorial ou renda fundiária pré-capitalista. Para o autor “o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência”. Tudo que for produzido além do necessário para o autoconsumo pode ser considerado como excedente.

Na medida em que vamos discutindo a estrutura econômica fundiária nos assentamentos rurais, não podemos deixar de expor que a propriedade de terra aos grandes proprietários, como os produtores de cana de açúcar, pecuária, de soja, entre outros, formam suas atividades econômicas pela apropriação da renda da terra, ou seja, a sujeição da renda da terra ao capital. Martins (1995) revela que um modo de produção é um modo de exploração e que as contradições estão constituídas nos seus processos internos, como, por exemplo, a produção familiar autônoma dos camponeses.

Os fatores da produção camponesa estão evidentes nos assentamentos rurais, porém, a sua comercialização e as fontes de renda estão sendo recriadas de acordo com as necessidades dos lotes, seguindo além do consumo familiar, mas se estruturando e adotando estratégias, inseridas nas relações capitalistas de produção.

As relações comerciais que os assentados buscam e/ou são submetidas no mercado local para se apoderarem de renda por meio da produção de seus produtos os levam às relações mercantis. Segundo Fabrini (2003), os camponeses estão sendo dragados pelas relações capitalistas de produção, nos moldes atuais das estruturas dos assentamentos rurais. A Figura 1 nos mostra ainda que, o atual momento do mercado a que estão expostos os assentados, os tornam reféns das relações comerciais capitalistas, colocando-os em campo sombrio, onde nem mesmo podem precificar suas mercadorias, pois são tabeladas pelos supermercados, frutarias e demais empresas intermediárias.

Os processos de renda dos assentamentos passaram e passam por transformações diariamente. As histórias no seio familiar de cada lote são construídas nas mais diversas formas no contexto da estrutura econômica. A partir deste momento, discorreremos as “diversas formas de atividades econômicas de nossos participantes” que ocorrem de maneira heterogênea nos assentamentos do município de Nova Andradina, mas retratam como estes assentados dinamizam seus processos produtivos que geram renda e autoconsumo para sua permanência nos lotes.

Primeiramente, em nossa pesquisa, podemos constatar que o envelhecimento nos assentamentos é acentuado, apurado por meio de nossos participantes que possuem, em sua maioria, mais de 40 anos de idade. Este envelhecimento resultou encontrar em nossos participantes, aposentados e aposentadas nos lotes, especialmente nos Assentamentos Casa Verde e São João, que não dependem economicamente das atividades do lote, pois a renda da aposentadoria mantém os gastos da família.

A produção de leite é uma das principais fontes e base de rendimentos dos assentados para permanecer nos lotes, presente em todos os assentamentos rurais do município de Nova Andradina. A comercialização do leite é realizada diretamente junto a cooperativas do município de Nova Andradina e demais laticínios da região do Vale do Ivinhema. Em alguns casos, ocorre o beneficiamento do leite por meio da produção de queijos e/ou mussarelas.

Outra fonte é a criação de gado, também presente em todos os assentamentos em virtude de assentados possuírem aptidão na criação de gado leiteiro ou de corte. Porém, nem todos os assentados possuem aptidão para esta atividade, onde o cultivo de verduras e frutas (como mandioca de mesa, goiaba, alface, rúcula, almeirão, couve, cheiro verde, manga, etc) segue como fonte de renda e produção em alguns lotes, principalmente nos Assentamentos Santa Olga e Teijin, que em alguns casos representam a renda principal do lote.

Os assentamentos do município impulsionaram novos horizontes produtivos para a região, certificando que as desapropriações são políticas públicas de reforma agrária essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. A centralidade agrária existente antes da criação dos projetos de assentamentos tendia-se às monoculturas ou pecuária, empregava poucas pessoas, sem diversificação de produção e, ainda, quase todos os suprimentos da propriedade eram provenientes de outras regiões. O novo ordenamento territorial com os assentamentos Casa Verde, São João, Santa Olga e Teijin, promoveram novas relações produtivas, dinamismo de produção, afirmando que a luta pela terra pelos sem terra, com bem sustentada por Fernandes (2008), faz da reforma agrária, novas possibilidades de construção social e econômica de uma região na qual está instalada.

As atividades não agrícolas formam importantes aliadas para os assentados se manterem nos acampamentos e no início da entrega dos lotes. Esta realidade foi evidenciada por todos os assentados como forma de complemento da renda e/ou condição essencial para continuar residindo no campo. A condição de assalariado está presente nos Assentamentos pesquisados, especialmente no Assentamento São João, que tanto o responsável como sua esposa exercem atividades assalariadas como “alternativa de sobrevivência no lote”. Tanto para sobrevivência ou como alternativa de complemento de renda, esta dinâmica contribui nas lutas pela permanência na terra, e permite ao assentado melhorar sua produção camponesa no lote. Exemplo disso foi o assentado SO3 (entrevista realizada dia 24/01/2018, assentamento Santa Olga), que trabalhava de empregado na propriedade vizinha ao assentamento, e convertia o salário no processo produtivo do seu lote.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades do tamanho da área, existem assentados que conseguem superar os desafios, com “muito trabalho, chegando a trabalhar mais de 10 horas por dia”, segundo o assentado SO3 do Assentamento Santa Olga (entrevista realizada dia 24/01/2018). É possível com a força de trabalho familiar e aptidão no campo criarem condições de reconstrução do campesinato nos assentamentos, produzindo relações de mercadorias, em troca disso, rendimentos para a continuidade no lote por meio da aquisição de insumos, melhoria na casa, manutenção das instalações, etc.

Ao se tratar da comercialização das mercadorias produzidas nos lotes, vários são os caminhos percorridos para obtenção de renda de sua produção. Os canais mais utilizados pelos assentados são por meio de laticínios (a produção de leite), feiras livres (hortifrutigranjeiros), venda diretas, fecularesias (produção de mandioca), supermercados (verduras, legumes, etc), agropecuárias, escolas, cooperativas, corretores de compra de gado, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), barganha entre os assentados, comércio em geral, enfim, transações diárias entre os assentados e a comunidade local.

Já foram quase dois milhões de reais repassados aos assentamentos do município desde a criação do PNAE. Isso mostra a importância dos assentamentos e da produção das famílias assentadas, fazendo com que os valores circulem dentro do município, movimentando a economia local. Entre os produtos disponibilizados ao PNAE por meio da Coopaolga, apresentamos os que foram comercializados nos anos de 2017 e 2018. A produção passou de um milhão de reais no município de Nova Andradina, que somados aos demais processos produtivos dos assentamentos do município, ressalta e atesta o potencial dos assentados na

relação social, comercial e produtiva da sociedade local. Contribuem para o desenvolvimento local e regional do município, destacando a relevância da produção camponesa na alimentação do bem comum e das futuras gerações. No Gráfico 1, ilustramos parte da circulação financeira realizada pelos assentados cooperados da Coopaolga na economia do município de Nova Andradina.

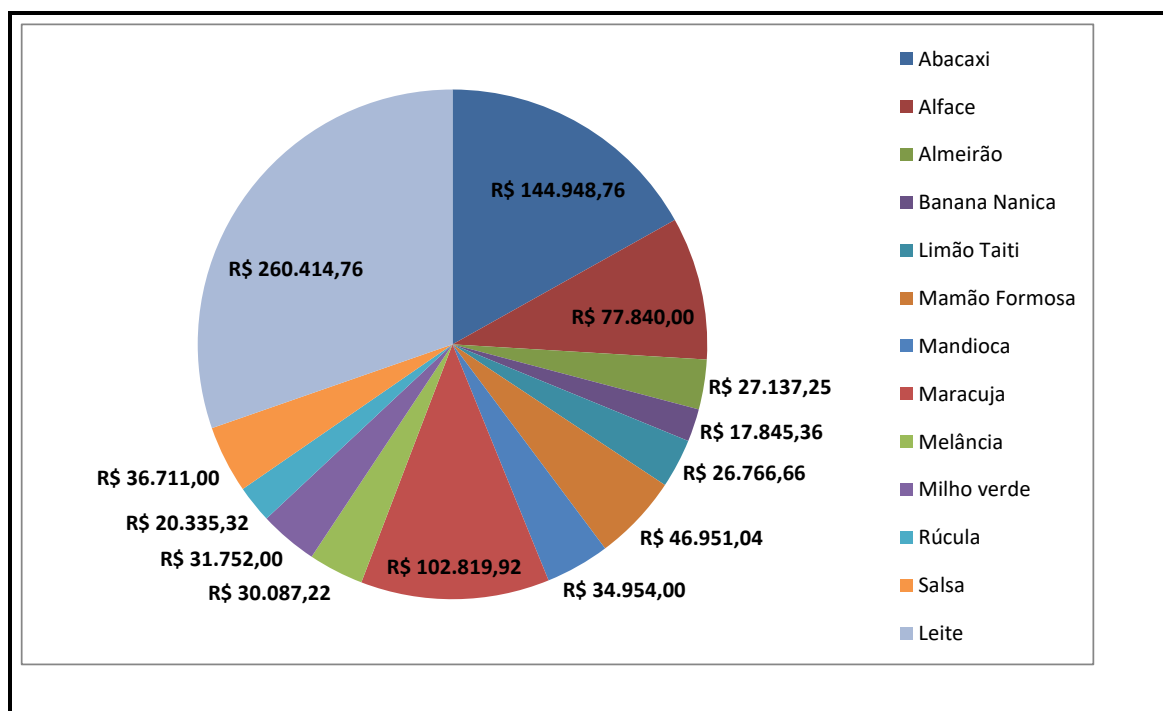


Gráfico 1: Movimentação financeira da Coopaolga na venda de alimentos ao PNAE nos anos de 2017 e 2018.

Além do Santa Olga, outros assentamentos participam da cooperativa, como o Casa Verde, Teijin e São Sebastião, sob o interesse dos próprios assentados, em virtude de garantia de venda de seus produtos e pela organização social da cooperativa. O contador da Coopaolga relatou que houve interesse de assentados do Assentamento São João, contudo, a participação na comercialização dos produtos esbarrou na distribuição e entrega da mercadoria, pois a distância do assentamento ao centro urbano do município inviabiliza a venda dos produtos. Esta situação se soma ao relato de nossos participantes do Assentamento São João sobre as condições de assistência técnica/social e de produção em seus lotes como uma das maiores dificuldades no processo produtivo do assentamento.

Os processos produtivos dos assentamentos do município de Nova Andradina fomentam relações comerciais e sociais na comunidade local. Tanto a produção da Coopaolga como os demais assentados dos assentamentos criam, juntamente com suas famílias, a permanência da produção camponesa e de sua reprodução social em face do monopólio capitalista da terra. Esta recriação de formas de produção que, Carneiro (1998) trata como a força dos camponeses, segue além do processo produtivo de seus lotes, que foi evidenciada também, na circulação do comércio de Nova Andradina, que nos primeiros dias de cada mês, o centro urbano se torna um verdadeiro balcão de relações produtivas, promovidas em sua maioria pelos assentados do município.

Conclusão

A produção nos assentamentos rurais possui caráter particular em sua organização de produção camponesa. Os assentados possuem relações produtivas distintas em seus lotes, assim como a comercialização de suas mercadorias. O PIB do município de Nova Andradina está pautado na produção agropecuária, na qual os projetos de assentamentos rurais estão integrados diretamente. Esta integração se inicia no momento em que se compara a agricultura capitalista com a camponesa, impulsionada no mercado local com seus produtos primários e derivados.

As particularidades se apresentam não somente nos processos produtivos, mas na divisão de área de lotes (o assentamento Casa Verde possui os maiores lotes em território - podem passar de 50 ha), de fertilidade de solo e deslocamento para escoar a produção. Entretanto, estas especificidades não determinam a não produção, pois, como o camponês vive na luta pela terra, ele recria suas formas de produção. O assentamento Teijin possui área intermediária (de 06 a 10 ha), e os assentamentos Santa Olga e São João (até 03 ha individuais e 03 ha – regime societário), que foram individualizadas pelos assentados. A singularidade produtiva dos assentamentos e/ou dos assentados depende do seu núcleo familiar, de suas tradições e raízes na terra, por isso, não se pode universalizar a produção dos lotes de um assentamento, devem respeitar os assentados de acordo com sua aptidão.

Além das relações produtivas, estamos revelando a construção de um novo território nas antigas propriedades capitalistas do município. Não ficamos presos apenas à produção de alimentos, que expressa grande importância, mas à circulação de várias relações comerciais e sociais de seu processo produtivo. As produções camponesas nos assentamentos do município estão ligadas diretamente ao processo de luta de seu lote. Estas lutas em produzir suas mercadorias dentro de suas possibilidades, na maioria dos casos, sem o devido atendimento ou orientação do Estado, reproduzem o campesinato na permanência em seus lotes. Os produtos que são comercializados são também consumidos pelo núcleo familiar dos assentados, revelando o cuidado no tratamento da produção, que, ao contrário da produção capitalista, visa principalmente à produtividade e o lucro.

Como percebemos, o processo produtivo dos assentados visa um olhar de humanidade e de respeito para com o próximo, mesmo diante das dificuldades de transporte, de armazenamento, de regularização fundiária e de suas atividades com pesos distintos das relações mercantis. O tratamento no qual os assentados possuem com seu processo produtivo promove mais qualidade de vida e saúde na comunidade do município de Nova Andradina. Por meio, da movimentação de suas relações produtivas estimulam as agropecuárias, os supermercados, as lojas de varejo, as farmácias, enfim, contribuem no complemento de renda aos assentados, e acima de tudo, no desenvolvimento socioeconômico do município.

Referências

- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora, FGV.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2017). *Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018*. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/> (12 de junho de 2017).
- Carneiro, M. J. T. (1998). *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Fabrini, J. E. (2003). *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Edunioeste.
- Fabrini, J. E., & Roos, D. (2014). *Conflitos territoriais entre o campesinato eo agronegócio latifundiário*. Outras Expressões.

- Fernandes, B. M. (2004). Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento *territorial*. Editora da Unicamp, p. 173-224.
- Fernandes, B. M. (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST*. Cortez Editora.
- FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2013). *Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015*. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimentacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf. (20 de dezembro de 2018).
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / *Agropecuária*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47006> (03 de agosto de 2018).
- Leite, S. (2000). Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo, 21.
- Martins, J. D. S. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Livraria Pioneira Editora.
- Martins, J. D. S. (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo*. Edusp.
- Martins, J. D. S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ: Vozes..
- Martins, J. D. S. (1980). A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *Encontros com a civilização brasileira*, 3, 22.
- Martins, J. D. S. (1986). *Não há terra para plantar neste verão*. Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- Martins, J. D. S. (1994). *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 2.
- Mizusaki, M. Y. (2009). *Território e reestruturação produtiva na avicultura*. Editora da UFGD.
- Moura, M. (1986). *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática.
- Oliveira, A. U. D. (2007). *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 184p.
- Oliveira, A. U. D. (1990). *A geografia das lutas no campo*. 3ª ed. São Paulo: Contexto.
- Paulino, E. T. (2006). *Por uma geografia dos camponeses*. Unesp.
- Poupart, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, Á. (2014). A pesquisa qualitativa. *Enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2. Vozes.
- Shanin, T. (2012). A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, (7), 1-21.
- Shanin, T. (1980). A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho eo novo em uma discussão marxista.(Définition du paysan: conceptualisation et déconceptualisation. L'ancien et le nouveau dans une discussion marxiste). *Estudos CEBRAP Sao Paulo*, (26), 41-80.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.